

PARECER DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº5.096, DE 2020

PROJETO DE LEI Nº5.096, DE 2020

Altera o Decreto – Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

Autora: DEPUTADA LÍDICE DA MATA

Relatora: DEPUTADA ALICE PORTUGAL

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Sra. Deputada Lídice da Mata, que “altera o Decreto – Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

À este projeto foi apensado o Projeto de Lei Nº 5.238, de 2020, de autoria da deputada Erika Kokay que “altera o Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para vedar uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais e o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo”.

Ao Projeto de Lei Nº 5.096, de 2020 foram também apensados o Projeto de Lei Nº 5.144, de 2020; o Projeto de Lei Nº 5.208, de 2020;; o rojeto de Lei Nº 5.219, de 2020; o Projeto de Lei Nº 5.238, de 2020, o Projeto de Lei Nº 5.535, de 2020; e o Projeto de Lei Nº 159, de 2021.

As proposições foram encaminhadas para apreciação das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Entendemos como oportunas, meritórias e necessárias as alterações legislativas propostas os projetos em apreciação, especialmente neste momento em que nosso país assiste uma escalada sem precedentes de crimes contra a mulher.

O Projeto de Lei N° 5.096/2020, da lavra da eminente deputada Lídice da Mata, introduz oportunamente alterações no Código de Processo Penal para resguardar os direitos e a integridade da mulher vítima de violência sexual.

A autora fundamenta sua proposição com a citação da audiência de instrução e julgamento realizada no processo que apura crime de estupro praticado contra a blogueira Mariana Ferrer, quando a vítima foi publicamente insultada e humilhada pela acusação diante do inaceitável silêncio do representante do Ministério Público e do Juiz.

Da mesma forma e citando o mesmo exemplo, a deputada Erika Kokay apresenta proposição que modifica o Código de Processo Penal e o Código Penal com o propósito de “inserir no Código de Processo Penal brasileiro, de forma explícita e incontestada, a vedação do uso de linguagem, material ou informações que se refiram à vida íntima das partes ou testemunhas, com o propósito de constranger, discriminar ou humilhar pessoas durante quaisquer atos de natureza processual”.

O Projeto de Lei N° 5.144, de 2020, da autoria da deputada Flávia Moraes, também modifica o Código de Processo Penal para vedar a exposição da vítima de estupro a constrangimentos durante o processo de julgamento. Altera ainda o Código Penal para estabelecer pena em dobro “quando o agente tenta implicar como causa o vestuário, a embriaguez, o efeito de substância psicotrópica ou publicações em mídias sociais para culpabilizar a vítima do estupro”.

Já o Projeto de Lei N°, da deputada Fernanda Melchionna, introduz modificação na Lei Maria da Penha para estender às vítimas de crimes contra a

dignidade sexual o atendimento especializado destinado às vítimas de violência doméstica.

O Projeto de Lei Nº 5.219, de 2020, de autoria do deputado Ricardo Silva, normatiza a escuta especializada e o depoimento especial da mulher vítima ou testemunha de violência. O autor justifica sua proposição argumentando que a iniciativa visa dar concretude e plena eficácia aos comandos internacionais com os quais o Brasil se comprometeu e que, para tanto, propõe o projeto de lei que estabelece a escuta especializada e o depoimento especial da mulher vítima ou testemunha de violência, mediante procedimentos peculiares realizados por equipe especializada multidisciplinar e que evitem os abalos psíquicos ou morais que podem emergir durante oitivas conduzidas sem a devida sensibilidade e respeito à vítima ou testemunha mulher.

O Projeto de Lei Nº 5.535, de 2020, de autoria do deputado Célio Studart, modifica o Código de Processo Penal para acrescentar regra de inquirição de vítima de crimes contra a dignidade sexual, durante a audiência de instrução e julgamento. O autor prevê que, “nos crimes contra a dignidade sexual, o ofendido será ouvido por intermédio de profissional da saúde especializado em psicologia, devendo todos os questionamentos serem direcionados ao profissional que de formas mais cuidadosas, passará a informação ao ofendido”.

O Projeto de Lei Nº 159, de 2021, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto, estabelece a realização de depoimento especial para vítima de violência sexual.

Todas as proposições são meritórias e demonstram a preocupação de seus autores com a preservação dos direitos e da integridade da mulher vítima de violência sexual ou de qualquer outro tipo de agressão.

Está claro para todos a necessidade de se modificar o Código de Processo Penal brasileiro, para estabelecer a vedação do uso de linguagem, material ou informações que se refiram à vida íntima das partes ou testemunhas, com o propósito de constranger, discriminar ou humilhar pessoas, especialmente a mulher, durante quaisquer atos de natureza processual.

Os Projetos são, portanto, oportunos, necessários e urgentes para coibir este tipo de prática danosa que cresce em nossos tribunais à medida em que se avolumam os crimes de estupro e feminicídio em nosso país.

Pela Comissão dos Direitos da Mulher, voto pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei N° 5.096, de 2020 e de seus apensados na forma do substitutivo em anexo.

Pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, voto pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei N° 5.096, de 2020 e de seus apensados na forma do substitutivo da Comissão dos Direitos da Mulher.

E, por todo o exposto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequação técnica legislativa do Projeto de Lei N° 5.096, de 2020 e de seus apensados e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei N° 5.096, de 2020 e de seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão dos Direitos da Mulher.

Sala das sessões, em de de 2021.

Deputada Alice Portugal

Relatora



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.096, DE 2020

Altera o Decreto – Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A presente lei dispõe sobre a vedação do uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais e para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo.

Art. 2º. O Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Omissão dolosa no curso do processo Art. 344-A.

Nas audiências de instrução e julgamento de processos criminais, em especial nos processos cuja vítima seja mulher e em razão da condição de gênero, constitui crime o silêncio intencional do Magistrado, do membro do Ministério Público ou do Defensor Público, quando os atos praticados pelo Advogado, Querelante ou Assistente de acusação ou por qualquer um dos presentes são manifestamente abusivos contra a dignidade da parte ou testemunha, sem prejuízo da responsabilização perante os órgãos de correição competentes.

Pena: 06 meses a 02 anos de detenção, e multa.”

Art. 3º. Os artigos 396-A e 400 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 396,

§ 3º. É vedada a utilização de linguagem, informações ou material com o propósito de ofender a dignidade das partes ou testemunhas, em especial, de juízo moral relativo à vida pessoal, sob pena de configurar hipótese de má fé processual.” (NR)

“Art. 400

§3º. É vedada a utilização de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade, em especial, de juízo moral relativo à vida

peçoal das partes ou testemunhas, com a finalidade de constranger, discriminar, intimidar, assediar ou menosprezar, sob pena de configurar hipótese de máfé processual.” (NR)

Art. 4º. O Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento de que trata o art. 400, em especial nos processos cuja vítima ou testemunha seja do sexo feminino e em razão da condição de gênero, o Magistrado, o membro do Ministério Público, o Defensor Público, Querelante ou Assistente de acusação presentes no ato deverão zelar pela integridade física, moral e psicológica da vítima, cabendo ao Juiz que preside o ato garantir o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 400-B. Nas audiências de instrução e julgamento de processos criminais, em especial nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, é vedado a qualquer das partes e ao magistrado manifestarem-se sobre fatos e provas que não constem nos autos, sob pena de responsabilização junto aos órgãos de correção competentes e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Único. O juiz determinará a exclusão imediata de qualquer manifestação que atente contra a honra da vítima, devendo oficiar os órgãos de correção competentes ou a Ordem dos Advogados do Brasil, para apuração de responsabilidade profissional.”

Art. 5º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 226.

V – Em dobro, quando o agente tenta implicar como causa o vestuário, a embriaguez, o efeito de substância psicotrópica ou publicações em mídias sociais para culpabilizar a vítima do estupro.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em de de 2021.

Alice Portugal

Deputada Federal